

**CONTRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA DE  
UMA REDE FEDERAL DE ENSINO BRASILEIRA NA CONSECUÇÃO  
DOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)  
DA AGENDA 2030 DA ONU**

**CONTRIBUTIONS AND RESPONSIVENESS OF PUBLIC  
MANAGEMENT OF A BRAZILIAN FEDERAL EDUCATION NETWORK  
IN ACHIEVING THE 17 SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS  
(SDGS) OF THE UN 2030 AGENDA**

**CONTRIBUTIONS ET RÉACTIVITÉ DE LA GESTION PUBLIQUE D'UN  
RÉSEAU ÉDUCATIF FÉDÉRAL BRÉSILIEN DANS LA RÉALISATION  
DES 17 OBJECTIFS DE DÉVELOPPEMENT DURABLE (ODD) DE  
L'AGENDA 2030 DES NATIONS UNIES**

**FRANCISCO ANTONIO BARBOSA VIDAL**

Doutor em Administração pela USCS. Diretor Geral do IFCE – Canindé Vinculação institucional: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Endereço: Rodovia BR 020, Km 303, s/n - Jubaia, Canindé - CE, CEP 62700-000; e-mail: franciscovidal@ifce.edu.br; ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8274-7623>

**RAQUEL DA SILVA PEREIRA**

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Docente do Programa *Stricto Sensu* em Administração da Universidade de São Caetano do Sul. Vinculação institucional: Universidade de São Caetano do Sul. Endereço: Rua Conceição Santo Antônio, São Caetano do Sul, SP – Brasi, CEP 09530060. e-mail: [raquel.pereira@online.uscs.edu.br](mailto:raquel.pereira@online.uscs.edu.br); ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6656-080X>

**EDSON KEYSO DE MIRANDA KUBO**

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas-Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP). Docente do Programa *Stricto Sensu* em Administração da Universidade de São Caetano do Sul Vinculação institucional: Universidade de São Caetano do Sul. Endereço: Rua Conceição Santo Antônio, São Caetano do Sul, SP – Brasi, CEP 09530060. E-mail: edson.kubo@online.uscs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9017-2487>



**RESUMO:**

A gestão pública democrática na contemporaneidade apresenta lineamentos de funcionalidades proximais do esteio científico da responsividade com políticas de desenvolvimento sustentável que referenciam parâmetros de emancipação política dos sujeitos sociais. A pesquisa apresentou como devir científico analisar as contribuições da gestão pública de uma Rede Federal de Ensino integrada por 33 campi no Nordeste do Brasil para a consecução dos 17 ODS. A hermenêutica do campo empírico e análise de dados foram suportadas pela aplicação de técnicas de estatística descritiva e da análise multivariada fatorial exploratória (AFE) sob lastro de uma amostra não probabilística constituída por 460 pessoas sujeitas da pesquisa partícipes da Comunidade Acadêmica. A pesquisa permitiu concluir que há evidências que sinalizam a necessidade de aperfeiçoamento do Modelo de Gestão e Responsividade públicas da Instituição investigada para o desenvolvimento sustentável e tendo como ponto de partida uma assunção formal de política de compromissos institucionais com a Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Objetivos do desenvolvimento sustentável; gestão e responsividade públicas; responsabilidade social pública.

**ABSTRACT:**

*Democratic public management in contemporary times presents functionalities that are proximal to the scientific basis of responsiveness with sustainable development policies that reference parameters of political emancipation of social subjects. The research presented as a scientific development to analyze the contributions of public management of a Federal Education Network integrated by 33 campuses in the Northeast of Brazil to the achievement of the 17 SDGs. The hermeneutics of the empirical field and data analysis were supported by the application of statistical techniques descriptive and exploratory factorial multivariate analysis (AFE) based on a non-probabilistic sample consisting of 460 research subjects participating in the Academic Community. The research allowed us to conclude that there is evidence that indicates the need to improve the Public Management and Responsibility Model of the Institution investigated for sustainable development and taking as a starting point a formal assumption of institutional commitments policy with the 2030 Agenda.*

**Keywords:** sustainable development goals; public management and responsiveness; public social responsibility.

**RÉSUMÉ:**

*La gestion publique démocratique à l'époque contemporaine présente des fonctionnalités proches de la base scientifique de la réactivité aux politiques de développement durable qui font référence aux paramètres d'émancipation politique des sujets sociaux. La recherche présentée comme un développement scientifique pour analyser les contributions de la gestion publique d'un réseau fédéral d'éducation intégré par 33 campus du nord-est du Brésil à la réalisation des 17 objectifs de développement durable. L'herméneutique du champ empirique et l'analyse des données ont été soutenues par l'application de techniques statistiques d'analyse factorielle multivariée descriptive et exploratoire (AFE) basées sur un échantillon non probabiliste composé de 460 sujets de recherche participant à la communauté académique. La recherche nous a permis de conclure qu'il existe des preuves qui indiquent la nécessité d'améliorer le modèle de gestion publique et de responsabilité*



*de l'institution étudiée pour le développement durable et en prenant comme point de départ une hypothèse formelle d'engagements politiques institutionnels avec le Programme 2030.*

**Mots clés :** *objectifs de développement durable; gestion publique et réactivité; responsabilité sociale publique.*

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo macrocefálico de desenvolvimento regional do Estado do Ceará, situado no Nordeste do Brasil, concentrado na Região Metropolitana de Fortaleza, vem sendo rebatido nos últimos dez anos pela interiorização de políticas públicas e investimentos públicos, mas gerando assimetrias entre as regiões de planejamento, tecnicamente categorizadas pelo governo estadual por meio do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). O fenômeno da interiorização do desenvolvimento no Estado do Ceará teve replicação, na Política Pública da Educação Profissional e Tecnológica, a partir da territorialização dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) em 33 municípios, iniciada no ano de 2008.

A proposta epistemológica da presente pesquisa dialoga com o esteio teórico da Administração Pública, da Responsabilidade Social e Responsividade Públicas e do Desenvolvimento Sustentável (DS), com aportes de reflexões discursivas a partir de conceitos-síntese ao longo dos marcos teóricos longitudinais dessas áreas gnosiológicas, em perspectivas diacrônica e sincrônica, tendo como campo empírico uma Rede Federal de Ensino integrada por 33 *campi* no Nordeste do Brasil na consecução dos Objetivos da Agenda 2030.

Como estratégia de justificar a relevância da presente pesquisa a partir da identificação de possível escassez temática, adotou-se a técnica da Análise Bibliométrica na base de dados da plataforma científica *Web of Science* com o suporte do *software VOSviewer* versão 1.6.7. O propósito da perscrutação realizada, foi identificar artigos publicados e respectivos autores e quantitativos em escala internacional no âmbito da área temática da presente pesquisa que retroalimentasse a argumentação de base que justificasse o desenvolvimento da mesma, a partir de indicação de existência de escassez de produção científica correlacionada. As



seguintes nomações foram utilizadas no processo de sondagem epistêmica através da análise bibliométrica: gestão pública e objetivos do desenvolvimento sustentável.

O processo de sondagem científica se deu através das expressões booleanas: ((*sdg*\* OR “sustainable development goals”)) AND (“public management” OR “public administration”) entre os dias 20 de outubro e 5 de dezembro do ano de 2021. Na plataforma *Web of Science*, foram encontrados 17.307 artigos relacionados à temática da **Administração Pública**, referente ao período de 2015 a 2021, e 15.769 artigos relacionados à expressão **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Quando da conjunção das duas temáticas citadas em tela através da expressão booleana ((*sdg*\* OR “sustainable development goals”) AND (“public management” OR “public administration”)), o *corpus* caiu para apenas 65 artigos científicos.

O *corpus* de 65 artigos científicos prospectado na plataforma *Web of Science* evidencia que há pouca produção científica relacionada ao arcabouço temático das contribuições da gestão pública na consecução dos fitos da Agenda 2030 da ONU, em escala internacional, fato este que justifica a importância da presente investigação para o desenvolvimento societal.

Logo a presente investigação propõe-se a alcançar o seguinte objetivo geral: analisar a Gestão e Responsividade Públicas de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, identificando as contribuições desta para o alcance dos ODS Agenda 2030 da ONU. E para atingir os propósitos do escopo investigativo, foram delineados seguintes objetivos específicos: 1) Avaliar o nível de comprometimento das práticas e entregas públicas com os ODS no espaço institucional investigado e, 2) Perscrutar nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento da Instituição aos ODS, identificando a visão dos gestores sobre suas práticas de responsividade pública.

De acordo com o Relatório da OXFAM (2021), a pandemia da Covid-19 potencialmente ampliou as desigualdades sociais no mundo. O vírus expôs e agravou as desigualdades de renda, gênero e raça, aumentando os níveis de pobreza no planeta. Esse cenário socioeconômico apresenta demandas para o DS de regiões que coadunam com a missão do IFCE — produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. O IFCE se configura como espaço educacional promotor de uma educação emancipatória que contribui para a formação humana, profissional, crítica e política de adolescentes, jovens e adultos.



A relevância da presente pesquisa é balizada pelo seu arcabouço teleológico de contribuir para o alinhamento institucional da gestão pública de forma democrática responsiva e emancipatória com os ODS, como lastro colaborativo para cooperar com os sistemas de governos locais na diminuição de assimetrias e hiatos de desenvolvimento socioeconômico existentes no Estado do Ceará.

## 2 OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS CONCEITUAIS

Na ambiência multilateral, a ONU desde 2015, após acordo global de seus 193 países-membros na construção da Agenda 2030, vem disseminando em várias redes de diferentes escalas os 17 ODS.

*A Agenda 2030 incita o olhar para a redução das desigualdades, de forma a garantir que todas as pessoas tenham as condições adequadas, no que se refere a capacidades e oportunidades, para escolher a vida que desejam ter. Dessa forma, honrar o compromisso assumido por 193 países-membros das Nações Unidas significa promover políticas públicas e ações locais e internacionais pela construção de um mundo inclusivo, equitativo e ambientalmente responsável (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, 2020, p.4).*

A Agenda 2030 balizada pelos ODS contempla um compêndio de metas e ações a serem cumpridas pelo poder público, empresas e sociedade civil em uma concertação social e política que tem o objetivo de se atingir até 2030 um mundo mais equidade social e responsabilidade ambiental.

**Figura 1.** Pilares fundantes da Agenda 2030



Fonte: ONU Brasil (2015).

Nos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas instigam e apoiam ações em áreas de importância crucial para o coletivo da sociedade: seres humanos, o habitat do planeta Terra, crescimento econômico com distribuição de renda, cultura de paz e cooperação entre os povos. Os 17 objetivos delineados são os seguintes:

- Objetivo 1. Combate à pobreza em escala global;
- Objetivo 2. Segurança nutricional, alimentar e eliminação da fome no Planeta;
- Objetivo 3. Qualidade de vida em todas as idades;
- Objetivo 4. Educação Inclusiva e Continuada;
- Objetivo 5. Empoderamento feminino e Equidade de Gênero;
- Objetivo 6. Saneamento Sustentável e Universalização do acesso à Água;
- Objetivo 7. Energia sustentável e Acessível a todos;
- Objetivo 8. Crescimento Econômico com Justiça social, Pleno emprego e Trabalho Decente;
- Objetivo 9. Inovação Inclusiva e Indústria Sustentável;
- Objetivo 10. Reduzir assimetrias sociais e regionais dentro dos países e entre os mesmos;
- Objetivo 11. Cidades e Territórios inclusivos e sustentáveis;
- Objetivo 12. Produção e Consumo alinhados aos preceitos da Sustentabilidade;
- Objetivo 13. Combater Causas dos Efeitos das Mudanças Climáticas;
- Objetivo 14. Oceanos, mares e recursos marinhos sustentáveis;
- Objetivo 15. Ecossistemas terrestres sustentáveis e combate à desertificação;
- Objetivo 16. Cultura de Paz, Sociedades Inclusivas e Segurança Institucional;
- Objetivo 17. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (ONU BRASIL, 2015, *on line*).

De acordo com Menezes e Minillo (2017), os ODS integram uma plataforma global transformadora que para obter êxito deve engajar pessoas e instituições globalmente em instâncias nacionais, subnacionais e principalmente locais com lastro de cidadania participativa. A apropriação local da retórica global bem como o monitoramento contínuo de políticas governamentais e dos estágios de consecução das metas por indivíduos e coletivos humanos são fatores essenciais para o êxito da Agenda 2030 da ONU, via ODS.

### 3 RESPONSABILIDADE PÚBLICA, RESPONSABILIDADE SOCIAL GOVERNAMENTAL E METAGOVERNANÇA: CAPACIDADES INSTITUCIONAIS PÚBLICAS PARA A AGENDA 2030



Nas democracias contemporâneas as demandas públicas são relevantes fatores no processo de delineamento de políticas públicas. Como evidenciado por Dahl (2005), um aspecto fundante da democracia é a continuidade da capacidade de resposta dos governos às escolhas e agenda da população, isto é, sua responsividade pública. A assertiva em tela sinaliza que os gestores públicos que aportam no radar do governo as demandas societais ampliam a governabilidade. Nas efetivas democracias, os cidadãos além de demonstrarem suas escolhas no dia das eleições, também acompanham o nível de alinhamento das decisões governamentais aos anseios da sociedade ao longo do marco temporal de um ciclo eleitoral (SCHAFFER; OEHL; BERNAUER, 2022).

Schaffer, Oehl e Bernauer (2022) aportam visões reflexivas através de seus estudos que compiladas como a descrição a seguir no Quadro 1, constituída de marcos sinóticos, possibilitam a emergência de marcadores correlacionados ao nível de eficácia da responsividade da gestão pública das instituições federais de ensino no Brasil, na materialidade objetiva dos anseios societais de promoção do DS e da Agenda 2030, sob égide de artesanaria científica.

**Quadro 1.** Marcadores de Responsividade de Políticas Públicas.

<b>Responsividade: capacidade de resposta dos governos às demandas públicas</b>	
<b>Marcador</b>	<b>Compreensão Semântica</b>
<b>Alteridade Política</b>	Representação política como um processo dinâmico em que o público e o governo respondem um ao outro
<b>Comunicação Pública e Opiniário Multistakeholder</b>	Relação entre opinião pública de massa e políticas governamentais
<b>Interface Inputs e Outputs</b>	Interface entre preferências dos cidadãos e os resultados das políticas governamentais, levando em consideração a eficácia das políticas
<b>Conexões Causais em Políticas Públicas</b>	Nexo demanda pública-produto da política
<b>Retroalimentação da Responsividade Pública</b>	Capacidade de resposta do governo à demanda pública envolve olhar para os resultados das políticas públicas em áreas-alvo específicas que parecem ser caras ao público.
<b>Demanda Pública: Interesse Público x Opinião Pública</b>	Uma combinação de interesse público (importância da questão) e opinião pública sobre a respectiva questão. O conceito de <i>interesse público</i> (importância da questão) capta a importância de uma determinada questão do



	ponto de vista dos membros de uma determinada unidade social (por exemplo, um país). O conceito de <i>opinião</i> captura o que as pessoas pensam sobre um determinado problema social e, mais importante, o que elas acham que deve ser feito a respeito, se é que deve ser feito, e por quem.
<b>Debate Público</b>	O debate público aumenta ainda mais a capacidade de resposta dos formuladores de políticas ou, mais precisamente, que uma maior relevância da questão aumenta o impacto da opinião sobre a capacidade de resposta das políticas.
<b>Responsividade e Agenda 2030 (interface adaptativa mediada pelo pesquisador)</b>	A co-ocorrência de altos níveis de relevância da questão e opinião positiva amplifica o efeito direto de ambos na produção de políticas públicas e cria as condições mais favoráveis para induzir novas políticas de desenvolvimento sustentável. A perspectiva teórica é que quando a relevância da questão da Agenda 2030 é alta (baixa) e a opinião sobre as políticas públicas sobre os 17 ODS é claramente positiva (negativa), a atenção dos formuladores de políticas será maior (menor), assim como os ganhos eleitorais (perdas) da ação (inação).

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de Schaffer, Oehl e Bernauer (2022, p.136-164), tradução do autor.

Busemeyer (2022) em seu artigo científico intitulado “Feedback de Políticas e Resposta do Governo em uma Perspectiva Comparativa” (tradução nossa) aborda aspectos-chave que influenciam governos e os formuladores de políticas no processo de responsividade pública em um contexto de crise relativizada da democracia representativa como a força política de grupos de interesse e os partidos políticos. O autor faz ponderações políticas sobre as dinâmicas políticas e societais do modelo de Estado Democrático de Direito Europeu nos Estados Unidos e nos países da União Europeia. O autor dialoga com o esteio científico de Gilens (2005, 2012), que preconiza a existência de viciações na capacidade de responsividade dos governos ao favorecerem a nobiliarquia política e financeira em detrimento dos cidadãos mais vulneráveis. Os formuladores de políticas podem ser cooptados por grupos de *lobby* econômico, contribuindo para o agravamento de assimetrias sociais (BUSEMEYER, 2022).

Fajardo *et al.* (2021) defendem o construto epistêmico Responsabilidade Social Pública (RSP) na promoção de políticas de desenvolvimento sustentável que perpassa por aspectos delineadores como planejamento integrado e participativo,





eficácia e efetividade das organizações públicas, qualidade democrática, busca pelo bem-estar coletivo e interações assertivas e fiduciárias com *stakeholders*.

Os autores delinearão atributos primordiais que balizam a semântica política de uma Gestão Socialmente Responsável pela Administração Pública que são: Transparência e Governança, Empregabilidade Socialmente Responsável, Consumo e Suprimentos Públicos e Investimento Socialmente Responsável que contribuem para a consolidação dos 17 ODS.

Os pesquisadores, em interface com as visões epistêmicas de Cueto e De la Cuesta (2019) e Damoori *et al.* (2020), evidenciam que a RSP viabiliza a efetivação do compromisso das organizações estatais com a Agenda 2030, propiciando a integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais nos processos de gestão do setor público e nos relacionamentos com *stakeholders*. As seguintes abordagens integram este processo de integração (FAJARDO *et al.*, 2021):

- Abordagem Instrumental: responsabilidade social pública como geradora de valor e de diferenciação entre governos;
- Abordagem política: fortalecer a relação das organizações públicas com a sociedade e uso responsável dos recursos públicos no sistema político;
- Abordagem das partes interessadas: alinhamento político-institucional das organizações públicas com as demandas de seus *stakeholders*;
- Abordagem ética: implementar a Cultura da Gestão Ética nas organizações públicas melhorando a qualidade das relações fiduciárias com a sociedade;
- Abordagem multifacetada: gestão de reputação/legitimidade e a confiança societal dos coletivos no setor público.

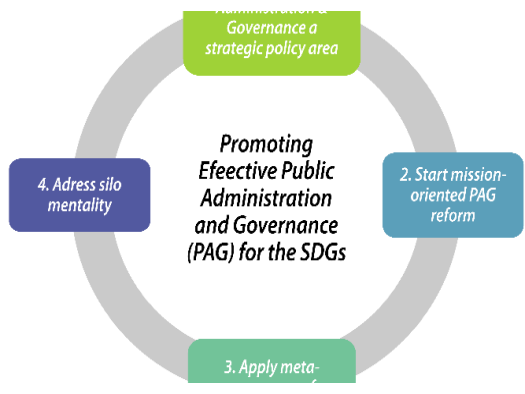
No contexto contemporâneo, Meuleman (2021) ressalta o processo de ressignificação da administração pública à luz do lastro de sua reforma, sugerindo a migração focal da vertente da eficiência da gestão para o fito nos aspectos macropolíticos do DS, em especial a Agenda 2030. O autor evidencia em seus estudos que a qualidade da Administração Pública e Governança (PAG) é fundamental para orientar e incentivar o cumprimento dos 17 ODS através da qualidade dos planos e estratégias, recursos, habilidades, competências, agilidade e mentalidades, bem como sobre como criar uma correspondência com as tradições e culturas existentes



de governança ou de solução de problemas sociais, ressaltando que os ODS 16 (instituições) e 17 (meios de implementação/parcerias) são os principais fitos facilitadores do alcance das metas da Agenda 2030.

De acordo com Meuleman (2021), os ODS não serão alcançados até 2030 sem instituições públicas funcionando bem, com governança eficaz em todos os níveis, e apresenta o modelo a seguir como impulsionador da contribuição da administração pública para a efetividade da Agenda 2030, a partir de suas incursões epistêmicas junto aos países da União Europeia (Figura 2).

**Figura 2.** Quatro áreas prioritárias para melhorar a capacidade institucional de implementação dos ODS.



**Fonte:** Meuleman (2021, p. 4).

Meuleman (2021) evidencia, ao longo de sua pesquisa, 11 princípios de governança efetiva para o DS no âmbito da Administração Pública, delineados em 2018 pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) e o Comitê de Especialistas em Administração Pública (CEPA) da ONU. Os 11 princípios estão agrupados ao longo dos três critérios mencionados no ODS 16 para qualidade institucional: eficácia, responsabilidade e inclusão (Quadro 2).

**Quadro 2.** Princípios de governança eficaz para o DS.

<b>Critérios para a Qualidade Institucional segundo ODS 16</b>	<b>Princípios de Governança</b>
<b>Eficácia</b>	1. Competência - Para desempenhar suas funções de forma eficaz, as instituições devem ter conhecimentos, recursos e ferramentas suficientes para lidar adequadamente com os mandatos sob sua autoridade

	2. Definição de políticas sólidas - políticas públicas devem ser coerentes entre si e bem fundamentadas 3. Colaboração - Para abordar os problemas de interesse comum, as instituições em todos os níveis de governo e em todos os setores devem trabalhar em conjunto e em conjunto com atores não estatais para o mesmo fim, propósito e efeito.
<b>Responsabilidade</b>	4. Integridade - Para servir ao interesse público, os funcionários públicos devem cumprir seus deveres oficiais com honestidade, justiça e de maneira consistente com a solidez dos princípios morais. 5. Transparência - Para assegurar a responsabilização e permitir o escrutínio público, as instituições devem ser abertas e francas na execução das suas funções e promover o acesso à informação 6. Supervisão independente - Para manter a confiança no governo, as agências de supervisão devem agir de acordo com considerações estritamente profissionais e separadas e não afetadas por outras.
<b>Inclusão</b>	7. Não deixando ninguém para trás - garantir que todos os seres humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade 8. Não discriminação - Para respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, o acesso ao serviço público deve ser assegurado em condições gerais de igualdade. 9. Participação - Para ter um Estado eficaz, todos os grupos políticos importantes devem estar ativamente envolvidos. 10. Subsidiariedade - promover um governo que responda às reais necessidades e aspirações de todas as pessoas. 11. Equidade intergeracional - promover prosperidade e qualidade de vida para todos, as instituições devem construir atos administrativos que equilibrem as necessidades de curto prazo da geração atual com as necessidades de longo prazo das gerações futuras.

**Fonte:** Meuleman (2021, p.6).

Meuleman (2008, 2021) define política como sobre o que e quando (os objetivos, metas, marcos), e governança é sobre como as (quais ferramentas, instrumentos, processos) e quem (atores, partes interessadas). A governança pode então ser definida como a totalidade das interações nas quais o governo, outros órgãos públicos, setor privado e sociedade civil participam (de uma forma ou de outra), visando solucionar desafios públicos ou criar oportunidades públicas. Kersbergen e Waarden (2004), denominam os estilos de governança como os processos de tomada de decisão e implementação, incluindo a maneira como as organizações envolvidas se relacionam umas com as outras.



Pesquisadores distinguem na literatura três estilos básicos de governança que têm seus próprios valores, lógicas e ferramentas: governança hierárquica, de rede e de mercado (PETERS, 1998; KOOIMAN, 2003; MEULEMAN, 2008; POLLITT E BOUCKAERT, 2011; BARNETT, 2021; HOWLETT; CAPANO; RAMESH, 2021). Os três estilos têm uma lógica interna forte e podem ser sinérgicos (por exemplo, hierarquia/regras para fortalecer um processo conjunto de apuração de fatos do tipo rede) ou debilitantes (por exemplo, hierarquia promove confiabilidade que pode ser inflexível, enquanto governança de mercado promove flexibilidade).

Niestroy, Krieger e Melchor (2022) defendem que as três tipologias de estilo de governança apresentam suas próprias fortalezas e limitações e usualmente emergem em associações, influenciando a funcionalidade dos sistemas de políticas. Os autores ressaltam que os administradores públicos podem colocar em prática o que se denomina como metagovernança (JESSOP, 1997; MEULEMAN, 2008). A abordagem epistêmica da metagovernança contribui para eliminar as fraquezas do estilo de governança culturalmente dominante (mistura). A metagovernança (governança da governança) objetiva projetar e gerenciar combinações de três estilos de governança que funcionem de acordo com o contexto político.

Para Meuleman (2008), a metagovernança pode ser conceituada como um modo de concertação sociopolítica para gerar determinado patamar de governança coordenada, estimando e administrando combinações profícuas de governança hierárquica, de mercado e de rede, para se atingir melhores desempenhos para se atingir os melhores desempenhos na óptica dos gestores das organizações do setor público, que são enquadrados como metagovernadores.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa configura-se como teórica empírica, tendo como investigação o Estudo de Caso da Rede Federal de Ensino do Ceará, atuando nas 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará, com 33 *campi* sediados em 33 municípios. O exame dos textos analisados pela revisão bibliográfica dialoga com os repertórios interpretativos que emergiram do campo empírico, perpassando-o por uma crítica historicamente contextualizada.



Para Yin (2001), o estudo de caso é categorizado como modo de investigação de campo empírico de aspectos fenomenológicos atuais em um contexto realístico e utilizado quando as fronteiras entre conjuntura e episódio epistêmico não se apresentam delimitados de forma clara e evidente; quando há mais variantes que elementos de dados; e quando há esteio teórico que possa direcionar a perscrutação analítica de dados. Requer, portanto, várias fontes de evidência (YIN, 2001).

A presente pesquisa teve caráter exploratório com interface descritiva (GIL, 2019) e foi conduzida segundo uma lógica abdutiva. Para Gil (2019), a pesquisa exploratória consistiu no delineamento de elucidação de definições teóricas e ideias, a partir de inquirições epistemológicas mais profícuas, propiciando um olhar mais proximal dos fenômenos investigados. A vertente descritiva da presente pesquisa está atrelada ao processo de perscrutação de interações entre variáveis do estudo, bem como apreensão de visões e aspectos atitudinais dos sujeitos da pesquisa.

No processo de perscrutação investigativa das visões de dirigentes, gestores táticos, servidores e estudantes sobre o objeto da pesquisa em tela, a captação de dados ocorreu por meio de questionário digital com disponibilidade *on-line*, cujos repertórios foram analisados à luz da Estatística Descritiva, com aplicação de frequências absolutas e relativas, média, mediana, moda, desvio-padrão e da Análise Fatorial Exploratória (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

O IFCE, em 2022, foi o segundo maior orçamento aportado da Rede Federal de Ensino do Brasil (PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2023) com valor de R\$860.860.524,00. É constituído por 33 *campi* e no ano de 2023 (posição mês de abril) por 3.705 servidores ativos (59,3% do sexo masculino e 40,7% do sexo feminino), sendo 2.101 docentes, 1.604 técnicos administrativos, 30.564 alunos matriculados em 33 unidades, 619 cursos nas modalidades Ensino Básico (cursos de formação inicial e continuada), cursos Técnicos, Graduação e Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2023).

A coleta de dados da presente pesquisa foi efetivada por meio de aplicação de questionários *on-line do escopo* ODS, Gestão e Responsividade Públicas junto aos dirigentes estratégicos, gestores táticos e servidores, de questionário *on-line* do escopo ODS junto aos discentes matriculados.



A amostra não probabilística e intencional da presente investigação no escopo quantitativo foi composta por participação voluntária de 14 pessoas diretoras gerais de campus, 24 pessoas gestoras táticas, 2 pessoas pró-reitoras, 5 pessoas diretoras de áreas sistêmicas da reitoria ou dos *campi*, 42 pessoas técnicas administrativas, 79 pessoas docentes, 294 estudantes, totalizando 460 pessoas sujeitas da pesquisa (Quadro 3).

**Quadro 3.** Instrumentais de captação de repertórios/dados, técnicas de análise e pessoas sujeitas da pesquisa abrangidas.

Marcadores do Percurso Metodológico. Pesquisa Exploratória (GIL, 2019), Estudo de Caso (YIN, 2001)	
Técnicas de Coleta de Dados	
Questionário <i>on-line</i> – questões abertas e escalares - ODS, Gestão e Responsividade (1.06.2023 a 12.07.2023)	14 diretores gerais dos campi 24 pessoas gestoras táticas 2 pessoas dirigentes máximas da reitoria 5 pessoas dirigentes de áreas sistêmicas de campus ou reitoria
Questionário <i>on-line</i> – questões escalares ODS, Gestão e Responsividade (1.06.2023 a 20.07.2023)	42 técnicos administrativos e 79 docentes
Questionário <i>on-line</i> – questões escalares ODS (1.06.2023 a 20.07.2023)	294 alunos matriculados

**Fonte:** Elaborado pelo Autor.

O estudo em epígrafe também fitou a gênese de novas dimensões para o construto Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS/Desenvolvimento Sustentável, sob esteio de pesquisa exploratória (GIL, 2019), sob lastro de banco de dados coletado através de 166 casos de servidores (21 dirigentes estratégicos, 24 gestores táticos e 121 servidores que não ocupam cargos de gestão) respondentes. O processo de germinação de dimensões neófitas do construto do presente estudo contemplou 33 indicadores que contribuíram para a emersão de variáveis latentes no devir de uma hermenêutica balizadora compreensiva de fatores potencializadores e estruturantes da arquitetura funcional do Modelo Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS, a partir da aplicação de técnica multivariada de Análise Fatorial Exploratória-AFE.

A AFE enquadra-se como técnica cujo propósito é prospectar padrões de correlações, possibilitando que o sujeito pesquisador desvele a validação fatorial dos



itens de inquirições/assertivas/questões que integram cada escala ou dimensão/construto. Para aplicação da técnica multivariada de AFE, utilizou-se o grupo de dados com atrelamento de 33 indicadores, disponibilizado pela coleta da presente pesquisa realizada no período entre 1.06.2023 e 20.07.2023, cujo levantamento se deu por questionário com assertivas escalares de avaliação de níveis de concordância com a existência de práticas coadunadas com a gestão pública responsiva e que contribuem para o alcance dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU na ambiência organizacional da Instituição investigada (BROWN, 2015).

Todas as análises derivaram das rotinas computacionais realizadas com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 25, próprio para análise em Ciências Sociais. No âmbito da aplicação da AFE, utilizou-se a técnica VARIMAX que lastreia o processo de extração de componentes principais, pois simplifica o compêndio de indicadores atrelados às dimensões do construto (HAIR *et al.*, 2009).

Os seguintes protocolos referenciados balizaram o nível de fidedignidade da análise multivariada da pesquisa quantitativa através da aplicação da técnica fatorial exploratória (FIELD, 2009; HAIR *et al.*, 2009): 1) Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) parâmetro de ajuste da amostra que referencia o nível de variância dos indicadores que pode ser justificada pelos fatores extraídos (gradação de 0 a 1, categorização - 1 – 0,9 (Muito boa); 0,8 - 0,9 (Boa); 0,7 – 0,8 (Média); 0,6 – 0,7 (Razoável); 0,5 – 0,6 (Má) < 0,5 (Inaceitável)), quanto mais o valor estiver proximal de 1, maior a aderência dos dados ao processo de aplicação da AFE; 2) *Measure of Sampling Adequacy (MSA)* indica a gradação das correlações entre as variáveis bem como a mensuração do ajuste da amostra ao método da AFE e varia de 0 a 1, com condicionante de que os indicadores com valores menores sejam excluídos (hermenêutica dos valores: 0,80 ou acima, admirável; 0,70 ou acima, mediano; 0,60 ou acima, medíocre; 0,50 ou acima, ruim; e abaixo de 0,50, inaceitável); 3) Teste de esfericidade de Bartlett, mede a existência de correlações entre as variáveis e é enquadrado como significativo estatístico quando seu valor é < 0,05; 4) Comunalidade evidencia expresso o quanto os fatores extraídos pela AFE explicam a variância total da variável (a comunalidade de uma variável é aceita com valor mínimo de 0,5); 5) Cargas fatoriais evidenciam a gradação de aderência entre variáveis e fatores, indicando o grau de correspondência entre a variável e o fator (valor maior que 0,5 indicam maior nível de

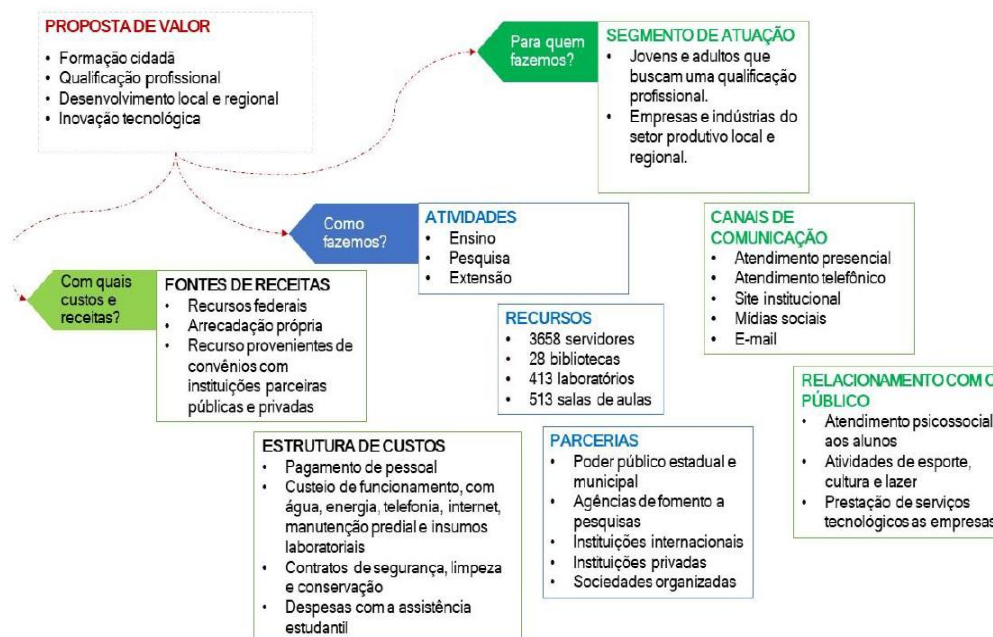


representatividade; 6) Variância total explicada sinaliza o quanto os componentes germinados são válidos, seu valor de base mínima de aceitação é de 60%.

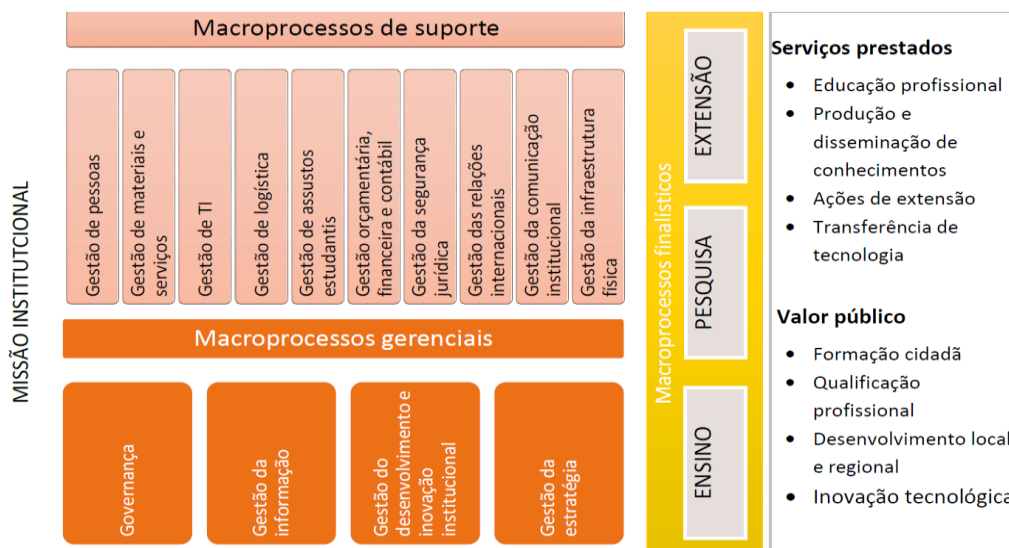
## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) segue premissas de Gestão e Governança preconizadas por órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União e apropriou-se de preceitos da administração pública gerencial voltada para resultados através da Portaria nº 432/gabr/reitoria, de 01 de abril de 2022 que aprovou, no âmbito da Rede Federal de Ensino do Ceará, a aplicação do Manual de Gerenciamento de Processos. O manual delineado por equipe vinculada à área de desenvolvimento institucional situada no âmbito da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento evidenciou a cadeia de valor e a arquitetura dos processos organizacionais do IFCE, bem como apresentou metodologias e *frameworks* voltadas que lastreiam o atual gerenciamento de processos de negócio da Instituição e suas entregas de serviços com geração de valor público. A Figura 3 representa o modelo de negócio do IFCE:

**Figura 3.** Modelo de Negócio, Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos do IFCE.







**Fonte:** Instituto federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2022, p. 13).

O IFCE no âmbito de sua planificação institucional para o período 2019 a 2023 realizada no ano de 2018, não evidenciou alinhamento estratégico com os 17 ODS da Agenda 2030, apesar dos objetivos institucionais delineados estarem alinhados com os preceitos fundantes dos fitos de desenvolvimento sustentável preconizados pela ONU e seus países membros em 2015.

Com base em análise documental, identificou-se que 100% dos objetivos planejados pelo IFCE no âmbito do Plano para o Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023, estão alinhados em alguma medida aos preceitos da Agenda 230 nas vertentes processuais do Ensino, Gestão, Extensão, Pesquisa e Assistência ao Educando. O quadro 4 sintetiza as interfaces entre objetivos institucionais do IFCE e os ODS diretamente interligados.

**Quadro 4.** Mapeamento Sinótico das Interfaces entre Principais Objetivos Institucionais do IFCE e os ODS da Agenda 2030 no período 2019 a 2023 inferidas pelo pesquisador.

Objetivo Institucional 2019 - 2023 e ou Tema Estratégico	Área Sistêmica	ODS correlato
Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial/Acessibilidade e Diversidade	Extensão	Objetivos 1, 4 e 10
Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008/Ampliação das Matrículas em Cursos Técnicos e Licenciaturas	Ensino	Objetivos 1,4 10



Reduzir a evasão discente/Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Ensino	Objetivos 1,4, 10
Ampliar o número de vagas Ofertadas/ Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito	Ensino	Objetivos 1,4 10,16
Expandir e consolidar a inovação/ Consolidação da Inovação	Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	Objetivos 1,4,8,9, 10 12
Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais/ Desenvolvimento Local e Regional	Extensão	Objetivos 1,4 ,10,11,16
Ampliar as parcerias com Ecosistemas empreendedores em âmbito local, estadual e nacional/ Empreendedorismo	Extensão	Objetivos 1,4 10, 11,12,16
Consolidar a infraestrutura organizacional necessária ao desenvolvimento das Relações Internacionais no IFCE/ Estruturação das Relações Internacionais	Gestão	Objetivos 1,4 10
Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.	Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	Objetivos 1,4 ,10,16,17
Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade / Inovação e Sustentabilidade	Gestão	Objetivo 4,13,14,15
Fortalecer e expandir as ações de internacionalização do IFCE/Internacionalização do IFCE	Gestão	Objetivo 4 e 17
Melhorar os indicadores de qualidade de ensino.	Ensino	Objetivos 1,4 10
Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito/ Promoção dos Direitos Humanos no âmbito Educacional	Assistência ao Educando	Objetivos 1,4 10
Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição aos estudantes do IFCE.	Assistência ao Educando	Objetivos 1,4 10
Implantar ações para a educação em direitos humanos	Assistência ao Educando	Objetivos 1,4 10
Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	Gestão	Objetivo 2



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do Documento PDI, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (2018, p. 12 - 15).

O referido PDI foi concebido e teve seu primeiro ano de execução no Governo Temer em 2018 e nos anos seguintes foi executado no contexto do Plano Plurianual do Governo Bolsonaro. Não há no âmbito do PDI 2018-2023 do IFCE delineamento formal de compromissos estratégicos com a Agenda 2030 nem assunção de Declaração de Política. No marco temporal de conclusão da presente pesquisa em agosto de 2023, o IFCE apresentou em sua metodologia de delineamento do PDI 2024 a 2028, alinhamento com os 17 ODS e que sua elaboração dar-se-ia no período de agosto a dezembro de 2023.

No processo seminal de análise estatística da amostra houve a identificação de um único *missing* (HAIR *et al.*, 2009), havendo necessidade de correção no banco de dados constituído por 461 respostas, passando a 460 casos válidos sendo 45 gestores com função gratificada (9,78%), 121 exclusivamente servidores (26,3%) e 294 estudantes (63,91%). Dos 45 gestores, 45,6%, isto é, 21 partícipes são dirigentes do Nível Estratégico da Instituição. Quanto ao gênero dos 460 respondentes, 47,2% são do sexo feminino, 51,7% do sexo masculino, 0,4% não binário e 0,7% responderam outro/prefiro não responder. No tocante à localização geográfica das 460 pessoas respondentes validadas, 32,2% são provenientes da capital ou região metropolitana e 67,8% do interior do Estado do Ceará. As assertivas coadunadas com o Construto da Pesquisa e suas respectivas Dimensões foram avaliadas pelas pessoas sujeitas da pesquisa em uma escala de 1 (discorda totalmente) a 7 (concorda totalmente) sendo, 2 discorda moderadamente, 3 discorda levemente, 4 nem concorda nem discorda, 5 concorda levemente e 6 concorda moderadamente.

A Tabela 1 a seguir evidencia resultados coadunados com a visão dos 460 respondentes sobre as contribuições do IFCE à Agenda 2030, a partir de anamnese de assertivas coadunadas com os 17 ODS avaliadas. O acrônimo ConODS significa contribuições aos ODS. Infere-se que mesmo sem assunção de Política formal de apoio aos ODS há práticas, entregas e níveis de contribuição para consecução dos fitos da Agenda 2030.



**Tabela 1.** Análise pelos respondentes das contribuições do IFCE aos 17 ODS.

Estatística Descritiva – Resultado Global						
	N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio	Variância
ConODS1	460	1	7	5,44	1,404	1,973
ConODS2	460	1	7	5,66	1,561	2,438
ConODS3	460	1	7	5,27	1,503	2,260
ConODS4	460	1	7	5,65	1,440	2,075
ConODS5	460	1	7	5,61	1,432	2,050
ConODS6	460	1	7	4,80	1,583	2,505
ConODS7	460	1	7	5,12	1,565	2,449
ConODS8	460	1	7	5,13	1,570	2,465
ConODS9	460	1	7	5,16	1,486	2,209
ConODS10	460	1	7	5,63	1,458	2,126
ConODS11	460	1	7	4,98	1,537	2,361
ConODS12	460	1	7	4,97	1,584	2,509
ConODS13	460	1	7	4,77	1,606	2,579
ConODS14	460	1	7	4,63	1,678	2,816
ConODS 15	460	1	7	4,92	1,628	2,649
ConODS 16	460	1	7	5,16	1,574	2,477
ConODS 17	460	1	7	5,15	1,575	2,482
N válido (de lista)	460		Média Global	5,17		

Fonte: Dados da Pesquisa.

No tocante à dimensão Desenvolvimento Sustentável, isto é, entregas públicas do IFCE em relação aos ODS da Agenda 2030 numa perspectiva global evidenciadas através da Tabela 1, envolvendo os 17 indicadores na óptica dos 460 respondentes, as três melhores performances referem-se aos ODS 2 (combate à fome), 4 (educação de qualidade) e 5 (igualdade de gênero). Os três indicadores com menor desempenho foram 14 (Vida na Água), 13 (Ação contra a Mudança Global no Mundo) e 6 (Água potável e Saneamento).

O construto Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS da Agenda 2030 foi desmembrado em duas Dimensões para anamnese escalar junto às pessoas respondentes da Amostra: 1) Desenvolvimento Sustentável que semanticamente engloba os ODS – 17 variáveis e, 2) Gestão e Responsividade Públicas com 16 variáveis integradas com indicadores de responsividade e responsabilidade social pública no âmbito do modelo de inquirição. A primeira dimensão passou por diagnose



com participação de 460 casos sendo 45 gestores, 121 exclusivamente servidores e 294 discentes e a segunda dimensão com 166 casos, sendo 45 gestores e 121 servidores (79 docentes e 42 técnicos administrativos). A tabela 2 a seguir apresenta resultados descritivos da anamnese escalar realizada por 166 servidores em relação ao segundo construto.

**Tabela 2.** Estatística Descritiva da Dimensão Gestão e Responsividade Públicas – Anamnese realizada por 166 partícipes (gestores e servidores).

<b>Estatística Descritiva</b>			
	N	Média	Erro Desvio
P1 - O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona.	166	5,32	1,514
P2 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável.	166	5,81	1,395
P3 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática.	166	6,01	1,291
P4 - O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável.	166	5,76	1,380
P5 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais.	166	5,19	1,404
P6 - O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade.	166	6,04	1,114
P7 - O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores.	166	4,77	1,709
P8 - O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios.	166	4,83	1,512
P9 - Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua.	166	5,31	1,489
P10 - O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense.	166	5,00	1,477
P11 - O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível.	166	4,72	1,509
P12 - No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública.	166	4,83	1,549
P13 - No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores.	166	4,55	1,831
P14 - O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos.	166	5,05	1,389



P15 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias.	166	4,75	1,536
P16 - Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE.	166	4,59	1,618
N válido (de lista)	166		

Fonte: Dados da Pesquisa.

No tocante à dimensão Gestão e Responsividade Públicas (Tabela 2), isto é, compromissos do IFCE com demandas comunitárias e responsabilidade social pública, numa perspectiva global de interface com a Agenda 2030, na visão dos 166 servidores respondentes (45 gestores mais 121 exclusivamente servidores), as três melhores performances referiam-se às variáveis. P1 (Direitos Humanos), P3 (Sociedade Democrática) e P2 (Gestão Pública de Recursos de forma Eficiente e Transparente). Os três indicadores com menores médias foram: P 13 (Silos), P16 (Escuta ativa de Comunidades Interna e Externa) e P 11 (Governança Sustentável).

Quando abordados sobre aspectos da responsividade pública, os 45 gestores responderam a três tipologias de questões correlacionadas. A primeira inquirição foi em que medida a organização está aberta a participação da comunidade interna nos processos decisórios, 75,6% dos gestores responderam que há abertura, mas poderia ser maior. A segunda inquirição referia-se ao nível de abertura de participação da comunidade externa nos processos decisórios, 71,1% dos gestores responderam que há abertura, mas também poderia ser maior. A terceira inquirição abordou em que medida os dirigentes da Instituição colocam nas políticas formuladas as opiniões apresentadas pela comunidade externa, 66,7% dos 45 gestores responderam reduzido, muito reduzido ou mais ou menos (Quadro 5).

**Quadro 5.** Compêndio de Resultados sobre Responsividade Pública do IFCE na óptica de 45 gestores respondentes.

Q15 – Em que medida a organização está aberta a participação da comunidade interna nos processos decisórios?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Há abertura, mas poderia ser maior	34	75,6	75,6	75,6
	Há muita abertura	10	22,2	22,2	97,8
	Não sabe	1	2,2	2,2	100,0
	Total	45	100,0	100,0	



<b>Q16 – Em que medida a organização está aberta a participação da comunidade externa nos processos decisórios?</b>					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Há abertura, mas poderia ser maior	32	71,1	71,1	71,1
	Há muita abertura	6	13,3	13,3	84,4
	Não há abertura	4	8,9	8,9	93,3
	Não sabe	3	6,7	6,7	100,0
	Total	45	100,0	100,0	

<b>Q17 – Na sua avaliação, em que medida os dirigentes da Instituição colocam nas políticas formuladas as opiniões apresentadas pela comunidade externa?</b>					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Elevado	12	26,7	26,7	26,7
	Mais ou menos	18	40,0	40,0	66,7
	Muito elevado	3	6,7	6,7	73,3
	Muito reduzido	3	6,7	6,7	80,0
	Reduzido	9	20,0	20,0	100,0
	Total	45	100,0	100,0	

Fonte: Dados da Pesquisa.

### 5.1 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA ANÁLISE MULTIVARIADA FATORIAL EXPLORATÓRIA E EMERGÊNCIA DE NOVAS DIMENSÕES PARA O CONSTRUTO GESTÃO E RESPONSABILIDADE PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para a aplicação da técnica multivariada de Análise Fatorial Exploratória, utilizou-se o grupo de dados com atrelamento de 33 indicadores/variáveis, disponibilizado pela coleta da presente pesquisa realizada no período entre 1.06.2023 e 20.07.2023 junto a 45 gestores do IFCE bem como 121 servidores (79 professores e 42 técnicos administrativos), totalizando 166 casos, cujo levantamento se deu por questionário com assertivas escalares de avaliação de níveis de concordância com a existência de práticas coadunadas com a gestão pública responsiva e que contribuem



para o alcance dos 17 ODS da Agenda 2030 da ONU na ambiência organizacional da Instituição investigada.

O banco de dados foi constituído 166 casos que avaliaram 33 variáveis interligadas ao Construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030, com pontuações escalares que variavam entre 1 e 7 para cada indicador de análise, de acordo com as escalas utilizadas. Com a aplicação da AFE foi possível desvelar novas dimensões contribuindo para uma análise mais microcós mica dos fatores relevantes que contribuem para a consecução dos 17 ODS pelo IFCE. A hermenêutica dos repertórios quantitativos da AFE aplicada não tem caráter de generalizações, pois se trata de uma amostra não-probabilística, mas contribui para diagnose indicativa e para sinalizações de estudos futuros.

Para melhor hermenêutica dos Fatores que emergiram do *corpus* constituído pelo compêndio de 5.478 valores da Matriz 33 variáveis x 166 casos (Matriz: Construto Gestão e Responsividade Públicas para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030), o Quadro 7 explicita os indicadores partícipes da análise fatorial, respectivos códigos e descritores.

A técnica multivariada da AFE, após aplicação do método com suporte do SPSS, junto ao corpus das 33 variáveis eletivas evidenciou novas dimensões que sinalizam uma provável redefinição de macro construtos estabelecidos bem como uma anamnese mais microcós mica dos fatores de maior influência no processo de implementação pela gestão pública dos 17 ODS, em uma sinalização apriorística. No âmbito dos coletivos partícipes da pesquisa (gestores, exclusivamente servidores e discentes) é possível identificar os fatores de maior influência na composição dos construtos em análise e seus respectivos indicadores. Nesta etapa da pesquisa, apresentou-se protocolos e métodos de extração e validação dos novos fatores/dimensões sob égide da técnica multivariada de AFE com esteios de pesquisa exploratória e em seguida análise seminal que contribuirá para estudos de profundidade no devir epistêmico.

De acordo com o Quadro 6, foi aplicado o Teste KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e Barlett para a s Matriz do Construto em tela. O KMO varia entre 0 e 1 e representa a proporção da variância das variáveis que pode ser explicada pelos fatores ou traços latentes. Quanto mais próximo esse valor estiver de 1, mais adequados os dados estão para se ajustar a uma Análise Fatorial. O KMO da Matriz do Construto (17





variáveis ODS mais 16 variáveis Gestão e Responsividade Públicas para os 17 ODS com 166 casos/respostas) foi 0,950, com enquadramento amostral ótimo.

**Quadro 6.** Teste de KMO e Bartlett Matriz do Construto.

<b>Teste de KMO e Bartlett Matriz do Construto</b>	
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	,950
Aprox. Qui-quadrado	4941,974
GI	528
Sig.	,000

**Fonte:** Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25.

O Teste de Bartlett tem essa situação como sua hipótese nula e, caso ela seja rejeitada, pode-se concluir que existe algum tipo de associação entre as variáveis e que elas podem, de fato, representar conjuntamente um ou mais traços latentes. Portanto, o Teste de Bartlett deve ser estatisticamente significativo ( $p < 0,05$ ). Segundo Field, Miles e Field (2012), o Teste de Bartlett, como todo teste de hipótese, depende muito do tamanho amostral e tende a rejeitar a hipótese nula para amostras grandes. O modelo apresentou 166 casos e o Teste de esfericidade de Bartlett foi  $p < 0,05$ , o que rejeita hipótese nula de que não há correlação entre as variáveis. Logo, há correlação entre as 33 variáveis estudadas com a evidenciação dos seguintes pré-requisitos estruturantes do Modelo em estudo:

- Amostras grandes (maior do que 100) e pelo menos 5 vezes mais observações do que o número de variáveis. Amostras da Matriz, protocolos cumpridos;
- Há correlação entre as variáveis do estudo;
- A maioria dos coeficientes de correlação possuem valores maiores do que 0,3;
- Teste de Bartlett é estatisticamente significativo:  $p < 0,05$ ;
- O KMO do Modelo em análise é ótimo com valor 0,950.

No tocante ao aproveitamento das 33 variáveis, a Medida de Adequação da Amostra (MSA) , deve ser alto para cada variável e se não for alto, aquela variável poderá ser excluída da análise. O MSA varia de 0 a 1, alcançando 1 quando cada variável é perfeitamente prevista sem erro por outras variáveis. Segundo Field, Miles



e Field (2012), Os Valores de a – Rótulo MSA – para a matriz em tela, foram todos maiores que 0,5, logo todas as variáveis foram aproveitadas.

De acordo com o Método da Variância Total Explicada, as 33 variáveis da Matriz foram reduzidas a 5 fatores (Tabela 3). As novas dimensões delineadas a partir do enquadramento das variáveis aos fatores possibilitaram uma visão mais profícua do desempenho da Gestão Pública na consecução dos ODS na instituição investigada. O modelo é considerado robusto de acordo com os parâmetros correlacionados aos lastros de fidedignidade das técnicas aplicadas.

**Tabela 3.** Variância Total Explicada – Matriz do Construto

Compon ente	Autovalores iniciais			Somam de extração de carregamentos ao quadrado			Somam de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	17,419	52,784	52,784	17,419	52,784	52,784	9,306	28,201	28,201
2	2,170	6,577	59,361	2,170	6,577	59,361	5,335	16,165	44,366
3	1,597	4,839	64,200	1,597	4,839	64,200	3,041	9,214	53,580
4	1,167	3,536	67,736	1,167	3,536	67,736	2,960	8,970	62,550
5	1,050	3,181	70,917	1,050	3,181	70,917	2,761	8,367	70,917
6	,998	3,023	73,940						

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25. Método de Extração: análise de Componente Principal.

O método de extração fatorial utilizado foi o intitulado componentes principais. O método de componentes principais é um dos mais comuns e produz combinações lineares das variáveis originais que sejam independentes entre si, que expliquem o máximo da variabilidade dos dados. No tocante à carga fatorial, as seguintes gradações sinalizam valores lastreadores da hermenêutica das estruturas: cargas fatoriais na faixa de  $\pm 0,30$  a  $\pm 0,40$ , consideradas no nível mínimo para interpretação da estrutura; cargas de 0,50 ou maiores, tidas como significantes e, cargas excedendo acima de  $\pm 0,70$ , consideradas indicativas de estrutura bem definida e são a meta de qualquer AF (FIELD, 2009).



**Quadro 7. Componentes Rotativas – Matriz do Construto**

**Matriz de componente rotativa<sup>a</sup>**

	Componente				
	1	2	3	4	5
ConODS13 - O IFCE tem propostas que tenham como objetivo encontrar medidas reais para combater a mudança do clima e os impactos ambientais.	,851				
ConODS14 - O IFCE desenvolve propostas de conscientização da necessidade de conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos.	,844				
ConODS 15-O IFCE em sua opinião desenvolve projetos e/ou programas que tenham como objetivo central, proteger, recuperar e promover o uso consciente e sustentável dos ecossistemas naturais.	,836				
ConODS12 - O IFCE promove programas que priorizam a conscientização dos discentes e colaboradores frente ao desenvolvimento de padrões de produção e de consumo sustentável.	,810				
ConODS 17- O IFCE promove diálogos que visam contribuir para efetivar meios de implementação de parcerias para o desenvolvimento sustentável.	,800				
ConODS 16- O IFCE promove diálogos que têm como propósito conscientizar a comunidade interna e externa sobre a importância da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do acesso à justiça.	,751				
ConODS8 - O IFCE promove diálogos/programas ou soluções que visam a promoção do crescimento econômico, inclusivo e sustentável, focando no desenvolvimento de emprego pleno e produtivo decente para todos.	,751				
ConODS11 - O IFCE desenvolve ações ou estratégias que promovam a consciência dos discentes, professores e técnicos administrativos e comunidade externa sobre a implementação de soluções que objetivam desenvolver os assentamentos humanos, visando tornar os mesmos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	,718				
ConODS6 - O IFCE tem desenvolvido programas que visam contribuir com a gestão sustentável da água e saneamento para todos.	,710				
ConODS7 - O IFCE desenvolve ações voltadas para o uso sustentável, eficiente e moderno da energia elétrica e utilização de energias limpas.	,680				
ConODS9 – O IFCE contribui com processos de industrialização inclusiva e sustentável fomentando a inovação.	,639				



P5 - O IFCE adota medidas que atenuam seus impactos ambientais.	,612	,402		,440
P9 - Os investimentos públicos do IFCE contribuem para o desenvolvimento sustentável da região em atua.	,493	,403		
P14 - O IFCE prioriza políticas que são referenciadas pelos cidadãos.		,754		
P12 - No âmbito do IFCE, a Governança é considerada um método para gerenciar conflitos, falhas e sinergias, um ponto de partida para melhorar a Administração Pública.		,721		
P11 - O IFCE adota um modo de Governança para a sustentabilidade ao lidar com problemas complexos em um contexto de caráter multissetorial e multinível.	,553	,660		
P10 - O IFCE é considerado uma organização pública ágil na solução dos problemas educacionais da sociedade cearense.		,645		
P16 - Há processos efetivos de escuta ativa das comunidades internas e externas nas tomadas de decisão de gestão do IFCE.		,636		
P15 - As políticas públicas de educação profissional e tecnológica no Brasil são lastreadas por escutas comunitárias.	,469	,632		
P1 - O IFCE desenvolve um diálogo social contínuo com os diferentes públicos com os quais se relaciona.	,443	,446		,401
P8 - O IFCE adota critérios sociais e ambientais nos processos licitatórios.	,439	,444		
ConODS3 - O IFCE desenvolve projetos que visam promover o bem-estar de alunos, professores e técnicos administrativos em todas as idades com o objetivo de assegurar uma vida saudável.			,791	
P7 - O IFCE desenvolve iniciativas efetivas voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus servidores.			,711	
ConODS5 - O IFCE desenvolve projetos/ações que buscam abraçar a igualdade de gênero dentro da instituição, guiando meninas e mulheres para sua permanência e empoderamento dentro desta rede de ensino.			,524	,496
ConODS4 - O IFCE trabalha em seu currículo meios que visam assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade com o foco em promover oportunidades de aprendizagem para todos.	,435		,508	,411
P13 - No IFCE existem silos, isto é, um agrupamento isolado, departamento etc., que funciona separadamente dos outros, especialmente de uma forma vista como um obstáculo à comunicação e à cooperação entre os setores.				- ,627
P4 - O IFCE adota uma gestão ética e socialmente responsável.		,477		,613



P2 - O IFCE administra recursos públicos de forma transparente e responsável.	,483		,591	
P3 - O IFCE contribui para uma sociedade democrática.	,456		,579	
P6 - O IFCE promove direitos humanos, a não discriminação, o respeito à diversidade.		,451	,570	
ConODS2 - No IFCE há oferta de refeições gratuitas para os alunos que auxiliam no bom desenvolvimento nutricional, contribuindo para a erradicação da fome, visando a segurança alimentar.				,725
ConODS1 - O IFCE ajuda, de alguma forma, a acabar com a pobreza.				,714
ConODS10 - O IFCE contribui para diminuir as desigualdades sociais nas regiões em que atua.	,415			,607

**Fonte:** Elaborado pelo autor conforme o output do SPSS®, versão 25. Método de Extração: análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser. <sup>a</sup> Rotação convergida em 7 iterações.

A Matriz de Componentes Rotativa (MCR) evidenciada (Quadro 7) foi delineada pelo método do critério VARIMAX, que se concentra na simplificação das colunas da matriz fatorial. A Matriz de Componente Rotativa (MCR) evidencia as variáveis que integram cada um dos 5 fatores gerados.

A Figura 4 evidencia as 5 novas dimensões e respectivas variáveis integradoras de acordo com a MCR delineada da Matriz do Construto e seus 32 indicadores (o indicador P13 foi descartado pela baixa expressão de força de adesão ao fator) foram alocados em 5 novas dimensões (fatores ou variáveis latentes) que possibilitam uma visão mais sistêmica do construto Gestão e Responsividade Públicas para a Agenda 2030/Desenvolvimento Sustentável. As 32 variáveis observáveis foram agregadas em um modelo multidimensional para representar aspectos conceituais subjacentes, facilitando a hermenêutica dos dados. As 5 variáveis latentes ou dimensões conectam dados observáveis ("sub-simbólicos") no mundo real com dados simbólicos no mundo modelado.

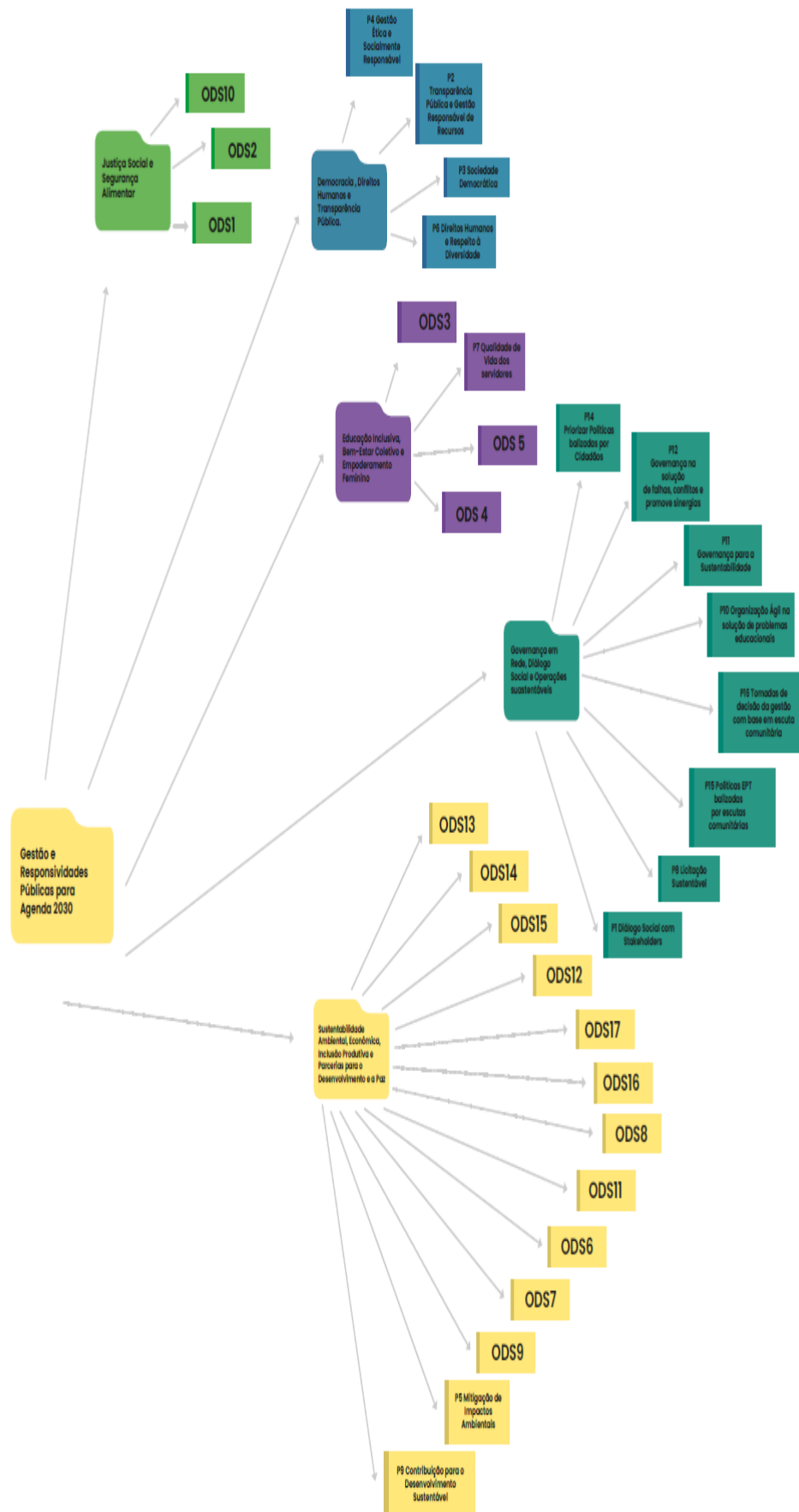
A AFE dos 32 indicadores (variáveis independentes) da Matriz 3 que compõem o construto Gestão e Responsividade Públicas para consecução dos 17 ODS (variável dependente), a partir da nomenclatura epistêmica dos fatores emergidos pelo pesquisador através da dialogia entre campos teóricos e empíricos, gerou 5 novas dimensões: 1) Justiça Social e Segurança Alimentar; 2) Democracia, Direitos Humanos e Transparência Pública; 3) Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino; 4) Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis e 5) Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva.



As Novas dimensões possibilitarão uma visão mais sistêmica e profícua das dinamicidades funcionais e processuais de análise da contribuição do IFCE para o alcance dos objetivos da Agenda 2030, bem como a identificação de fatores de maior influência em sua performance e seus respectivos desempenhos e agenda de melhorias no devir programático de ações que gerem transbordamentos (*spillovers*) propositivos, contribuindo para o delineamento de políticas de administração pública comprometidas com o desenvolvimento societal sustentável e inclusivo.

Observa-se através das dimensões evidenciadas pela Figura 4, a importância de uma gestão pública com efetividade socioambiental no processo de alcance de melhor desempenho na consecução dos 17 ODS por uma instituição pública federal. O desafio está posto: investimentos profícuos das organizações públicas em políticas de desenvolvimento institucional com foco em sustentabilidade e responsividade, incentivos ao engajamento/protagonismo dos servidores e agentes públicos são cursos de ação para a promoção com geração de valor público societal pela Agenda 2030 no Brasil.

**Figura 4.** Novas 5 dimensões de Análise do construto Gestão e Responsividade Públicas para a Agenda 2030/Desenvolvimento Sustentável a partir da AFE aplicada



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de interfaces epistêmicas via aplicação da AFE



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fito global do presente estudo foi analisar a **Gestão e Responsividade públicas** de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, identificando as contribuições desta para o alcance dos ODS da Agenda 2030 da ONU. Compreende-se que a administração pública não é a-histórica e marcos civilizatórios impulsionam sociabilidades e mudanças em uma sociedade de organizações. No caso brasileiro, há singularidades culturais nacionais e subnacionais que caracterizam as organizações públicas brasileiras e as definem. Com a Reforma do Estado no final da década de 1990, as instituições públicas federais experienciaram mudanças estruturais e culturais no âmbito da vida social em suas ambiências, abrangendo aspectos funcionais, relacionais, tecnológicos, éticos, políticos e culturais.

A pesquisa em tela sinaliza a necessidade de aperfeiçoamento do Modelo de Gestão e Responsividade públicas para a consecução dos 17 ODS de uma Rede Federal Pública de ensino composta por 33 *campi*. No tocante ao objetivo avaliar a relação entre as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão com os ODS no espaço institucional por meio de mapeamento de práticas correlatas, a pesquisa através das perscrutações quantitativa e via análise documental, identificou que existem práticas vinculadas dos processos finalísticos da Rede Federal do Ceará à Agenda 2030, mas inexistente uma Declaração de Política, isto é, uma assunção formal de apoio aos 17 ODS.

A existência de práticas atreladas aos ODS foi confirmada pela no âmbito da pesquisa quantitativa, utilizando-se categorias escalares. Na óptica de 460 respondentes **as três melhores performances de entregas públicas do IFCE em relação à Agenda 2030 referiram-se aos ODS 2 (combate à fome), 4 (educação de qualidade) e 5 (igualdade de gênero). Os três indicadores com menor desempenho foram 14 (Vida na Água), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima no Mundo) e 6 (Água potável e Saneamento).**

Na alusão ao objetivo perscrutar nível de alinhamento do Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) aos ODS, identificando nível de responsividade pública, o pesquisador delineou as seguintes estratégias metodológicas para captação de dados correlatos à temática: 1) análise documental do documento PDI e interfaces com ODS; 2) anamnese descritiva a partir de *survey* junto a 45 pessoas gestoras; 3) aplicação de análise fatorial com emersão de novas dimensões do





construto Gestão e Responsividade Pública para o Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 a partir de 33 variáveis analisadas por 45 pessoas gestoras e 121 pessoas exclusivamente servidoras.

A priori, partiu-se da visão cosmológica de integração do Construto Responsividade com Responsabilidade Social Pública através dos seguintes elementos delineadores: planejamento integrado e participativo, eficácia e efetividade das organizações públicas, qualidade democrática, busca pelo bem-estar coletivo e interações assertivas e fiduciárias com *stakeholders*. Em interface, a perspectiva de interconexão, foram delineados os seguintes indicadores (variáveis): 1) Diálogo Social com *Stakeholders*; 2) Mitigação de Impactos Ambientais; 3) Qualidade de Vida dos Servidores; 4) Licitação Sustentável; 5) Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável; 6) Organização Ágil na solução de problemas educacionais; 7) Priorizar Políticas balizadas por Cidadãos; 8) Tomadas de decisão da gestão com base em escutas das comunidades interna e externa; 9) Governança na solução de falhas, conflitos e promove sinergias; 10) Governança para a Sustentabilidade; 11) Políticas EPT balizadas por escutas comunitárias; 12) Transparência Pública e Gestão Responsável de Recursos; 13) Sociedade Democrática; 14) Gestão Ética e Socialmente Responsável; 15) Direitos Humanos e Respeito à Diversidade e 16), Silos institucionais, sendo que estes último foi descartado por descompasso de valor de atrelamento fatorial em relação aos demais indicadores.

O construto Gestão e Responsividade Públicas, isto é, administração pública com responsabilidade e diálogo social públicos, na análise descritiva através da média de 16 variáveis a partir da análise de 166 pessoas servidoras (pessoas gestoras, pessoas professoras e pessoas técnicas do setor administrativo), obteve valor global 5,15, isto é uma concordância leve com as práticas correlacionadas com sinalização de um dever de melhorias neste escopo.

Quando o pesquisador unificou as 16 variáveis dos Construtos Gestão e Responsividade Públicas com as 17 variáveis (ODS com adaptação semântica) do Construto Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030, totalizando 33 variáveis, a média global foi também de 5,15, apontando no âmbito da amostra para um porvir de gradação de desempenho incremental da administração pública da instituição investigada no processo de contribuição para a Agenda 2030, havendo assunção de política formal que na diagnose não foi identificada.



Através da aplicação da análise fatorial emergiram 5 novas dimensões, customizadas pelo pesquisador a partir de lastro teórico, que em conjunto com as variáveis atreladas poderão contribuir para monitoramento de progresso das contribuições do IFCE para a consecução dos ODS da Agenda 2030: 1) Justiça Social e Segurança Alimentar; 2) Democracia, Direitos Humanos e Transparência Pública; 3) Educação Inclusiva, Bem-Estar Coletivo e Empoderamento Feminino; 4) Governança em Rede, Diálogo Social e Operações Sustentáveis e 5) Sustentabilidade Ambiental, Econômica, Inclusão Produtiva e Parcerias para o Desenvolvimento e a Paz.

Identificou-se também que investimentos e políticas voltadas para o diálogo social, escuta *multistakeholder*, o desenvolvimento, engajamento, participação efetiva nas decisões e agir ético dos servidores e agentes públicos e educação política dos discentes são essenciais para as entregas de serviços com valor público pelo IFCE com propósito colaborativo para uma sociedade inclusiva e sustentável e que a Instituição investigada necessita melhorar sua performance referente à responsabilidade pública.

No que concerne à resposta da pergunta de pesquisa, como a gestão pública de uma Rede Federal de Ensino no Nordeste do Brasil, no cenário de agravamento das assimetrias regionais e das desigualdades sociais no mundo, pode contribuir para o alcance dos ODS que formam o plano de ação global da Agenda 2030 da ONU, acrescentando aos resultados acima descritos, a implementação de um Modelo de Gestão e Responsividade Públicas para Consecução 17 ODS/Agenda 2030 no âmbito do IFCE poderá corroborar para potencializar as práticas já existentes bem como fazer emergir novas ideias.

## REFERÊNCIAS

BARNETT, M. Change in or of Global Governance? **International Theory**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 131-143, 2021.

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. Nova York: Guilford publications, 2015.



BUSEMEYER, M. R. Policy Feedback and Government Responsiveness in a Comparative Perspective. **Politische Vierteljahresschrift**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 315-335, 2022.

CUETO, C.; DE LA CUESTA, M. **Responsabilidad social en la administración pública y modelo europeo de excelencia en la gestión (EFQM)**. Alicante: UNED, 2019. Disponível em: [http://sugestion.uned.es/conocimiento/ficha/def/RSC\\_RCP](http://sugestion.uned.es/conocimiento/ficha/def/RSC_RCP). Acesso em: 20 fev. 2022.

DAMOORI, D. *et al.* Conceptualization of a multi-level social responsibility model in the public sector: A mixed-methods approach. **Journal of Modelling in Management**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 1037-106715, 2020.

FAJARDO, L. M. S.; BOM-CAMARGO, Y. I.; CALDERON, C. L. F.; RAMIREZ, V. H. M. Public Social Responsibility to contribute to the consolidation of the Sustainable Development Goals. **Jurídicas Cuc.**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 211-252, 2021.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FIELD, A. **Descobrimo a Estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FIELD, A.; MILES, J.; FIELD, Z. **Discovering statistics using R**. Sage Publications, 2012.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. **Planejamento municipal e objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/775-planejamento-municipal-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2019.

GILENS, M. **Affluence and Influence: economic inequality and political power in America**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

GILENS, M. Inequality and democratic responsiveness. **Public Opinion Quarterly**, [S.l.], v. 69, n. 5, p. 778-796, 2005.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

HOWLETT, M.; CAPANO, G.; RAMESH, M. Governance styles: Re-thinking governance and public policy. *In*: HOWLETT, M.; TOSUN, J. (eds.). **The Routledge handbook of policy styles**. Routledge, 2021. p. 204-213.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Diretoria de Desenvolvimento Institucional. Coordenadoria de Controle e Normas. **Manual de Gerenciamento de Processos**. Fortaleza: IFCE, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proap/MANUALGERENCIAMENTODEPROCESSOSPARAPUBLICAO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **IFCE em Números 2023**. Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 9 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Integridade (2018)**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: [https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle/plano\\_de\\_integridade\\_do\\_ifce-2018.pdf/view](https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle/plano_de_integridade_do_ifce-2018.pdf/view). Acesso em: 18 jul. 2023.

JESSOP, B. The governance of complexity and the complexity of governance: preliminary remarks on some problems and limits of economic guidance. *In*: AMIM, A. **Beyond market and hierarchy**. Cambridge: Edward Elgar Publishing, 1997. p. 95-128.

KERSBERGEN, K. V.; WAARDEN, F. V. Governance as a bridge between disciplines: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy. **European journal of political research**, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 143-171, 2004.

KOOIMAN, J. **Governing as governance**. London: Sage, 2003.

MENEZES, H. Z.; MINILLO, X. K. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S.l.], v. 18., e18018, 2017.

MEULEMAN, L. Public Administration and Governance for the SDGs: Navigating between Change and Stability. **Sustainability**, [S.l.], v. 13, p. 1-22, 2021.

MEULEMAN, L. **Public management and the metagovernance of hierarchies, networks and markets**: The feasibility of designing and managing governance style combinations. Heidelberg: Physica Heidelberg, 2008.

NIESTROY, I.; KRIEGER, K.; MELCHOR, L. **Constructing assessment indicator dashboards for evidence-informed policymaking**: Insights from the perspective of public administration, institutions, and governance. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2022.



ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

OXFAM. **O Vírus da Desigualdade**. Oxfam GB, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade>. Acesso em: 16 set. 2023.

PETERS, B. G. Managing horizontal government. **Public administration**, [S.l.], v. 76, n. 2, p. 295-311, 1998.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Indicadores de Gestão via Power BI**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 20 abr. 2023.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Public management reform: a comparative analysis of NPM, the Neo-Weberian State, and New Public Governance**. Oxônia: OUP Oxford, 2011.

SCHAFFER, L. M.; OEHL, B.; BERNAUER, T. Are policymakers responsive to public demand in climate politics? **Journal of Public Policy**, [S.l.], v. 42, n. 1, p. 136-164, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

